

# Arquivo eletrônico com publicações do dia $\frac{14/01/2016}{\text{Edição N}^{\circ} \, 6}$





## COMUNICADO E DECISÕES DA EGRÉGIA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### **DICOGE - COMUNICADO CG Nº 1346/2015**

Verificar no Sistema de Envio de Atas, se houve ALTERAÇÃO e/ou INCLUSÃO de unidades judiciais - prisionais - dependências policiais - extrajudiciais

#### DICOGE 5.1 - PROVIMENTO CG N.º 57/2015

Alteração das Normas de Serviços do Capítulo XVII, do Tomo II, das NSCGJ, sobre a sentença estrangeira de divórcio

#### DICOGE - COMUNICADO CG Nº 1346/2015

# Verificar no Sistema de Envio de Atas, se houve ALTERAÇÃO e/ou INCLUSÃO de unidades judiciais - prisionais - dependências policiais - extrajudiciais

Página 3

#### DICOGE

#### COMUNICADO CG Nº 1346/2015

A Corregedoria Geral da Justiça SOLICITA aos MM. Juízes Corregedores Permanentes do Estado, aos Srs. Escrivães I e II e Chefes de Seção Judiciários que verifiquem no Sistema de Envio de Atas, se houve ALTERAÇÃO e/ou INCLUSÃO de unidades judiciais - prisionais - dependências policiais - extrajudiciais, bem como de usuários que encaminharão as atas de correição periódica de 2015. Em caso positivo, comuniquem à DICOGE 1.2, através do e-mail: atacorreicao@tjsp.jus.br para regularização no referido Sistema.

↑ Voltar ao índice

#### DICOGE 5.1 - PROVIMENTO CG N.º 57/2015

## Alteração das Normas de Serviços do Capítulo XVII, do Tomo II, das NSCGJ, sobre a sentença estrangeira de divórcio

Página 4

#### **DICOGE**

#### DICOGE 5.1

### PROCESSO Nº 2012/162147 - SÃO PAULO - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. PROVIMENTO CG N.º 57/2015

O Desembargador JOSÉ CARLOS GONÇALVES XAVIER DE AQUINO, Corregedor Geral da Justiça, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a necessidade da permanente atualização das Normas de Serviço; Considerando o teor do parecer elaborado no processo CG 2012/00162147;

RESOLVE:

Artigo 1º: Incluir a alínea "f" no item 54, do Capítulo XVII, do Tomo II, das NSCGJ, nos seguintes termos:

"f) quando o caso, a sentença estrangeira de divórcio, litigioso ou consensual, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, para fins de comprovação da extinção do casamento anterior".

Artigo 2º: Este provimento entra em vigor juntamente com o Novo Código de Processo Civil.

São Paulo, 16 de dezembro de 2015

#### (a) JOSÉ CARLOS GONÇALVES XAVIER DE AQUINO

Corregedor Geral da Justiça

1 Voltar ao índice